

País poderá rever acordo se tiver boas condições

O embaixador Jório Dauster diz que há total apoio à proposta no Brasil

O embaixador extraordinário da dívida externa brasileira, Jório Dauster, esteve reunido ontem, em São Paulo, na sede da Febraban, com nove banqueiros que representam os maiores bancos de câmbio do País, para explicar melhor a proposta do governo de renegociação com os credores internacionais. Jório Dauster não disse nada de novo, veio apenas mostrar a nova filosofia que vem permeando a negociação da dívida, ou seja, o País só paga dentro das condições de sua capacidade. Ao contrário das negociações anteriores, quando o prometido não era cumprido.

Agora, Dauster deixou claro na reunião como os banqueiros — entre eles Léo Wallace Cochrane, João Sayad e Fernão Bracher — que se o Brasil tiver melhores condições poderá ser revisto o acordo. No total, para 1991, ele acredita que o País deverá dispor de pouco mais de US\$ 5 bilhões para atender os serviços de bancos privados, Clube de Paris, FMI (Fundo Monetário Internacional) e Banco Mundial (Bird). O Brasil



Jório Dauster: US\$ 5 bilhões para pagar bancos, Clube de Paris, FMI e Bird

teria que pagar US\$ 15 bilhões, em 1991 fora os US\$ 8 bilhões em atraso.

Dauster está peregrinando em várias áreas para dar maior esclarecimento sobre a proposta brasileira, assim como já fez na Escola Superior de Guerra, na semana passada, e na Câmara Americana de Comércio Exterior, anteontem. "Estou sentindo que está havendo apoio em nossas conversas", disse ele, ontem, após a reunião com os banqueiros.

O embaixador acredita que é muito importante a transparência que o governo brasileiro está dan-

do à negociação da dívida. "O governo conta com o Congresso Nacional para aprovar os termos da negociação, ao contrário dos governos anteriores."

PETROBRÁS E VALE DO RIO DOCE

Jório Dauster disse ontem que considera normal a transação da Petrobrás e da Vale do Rio Doce comprando parte da dívida brasileira no Exterior, utilizando dinheiro próprio. "Não foram usadas reservas brasileiras para fazer isso, portanto é uma negociação comercial", disse.